

1 **ATA DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2020 DO CONSELHO**  
2 **UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos vinte e cinco  
3 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se virtualmente o  
4 Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do Magnífico  
5 Reitor da Universidade, Professor Doutor MARCELO KNOBEL, e com o comparecimento dos  
6 seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Adriana Nunes Ferreira, Alberto Luiz Francato,  
7 Alberto Luiz Serpa, Alexandre Leite Rodrigues de Oliveira, Álvaro de Oliveira D'Antona,  
8 Alvaro Gabriel Bianchi Mendes, André Martins Biancarelli, André Victor Lucci Freitas, Angel  
9 Pontin Garcia, Anna Christina Bentes da Silva, Antonio Carlos Bannwart, Antonio José de  
10 Almeida Meirelles, Augusto César da Silveira, Carlos Alberto Rodrigo da Silva, Cláudia Maria  
11 Bauzer Medeiros, Edson Tomaz, Eduardo Gurgel do Amaral, Eliana Martorano Amaral, Erich  
12 Vinícius de Paula, Ester de Paula Moraes, Fernando Antônio Santos Coelho, Fernando Augusto  
13 de Almeida Hashimoto, Fernando Cendes, Francisco de Assis Magalhães Gomes Neto,  
14 Francisco Haiter Neto, Gláucia Maria Pastore, Guilherme Gonçalves Capovilla, Heloise  
15 Oliveira Pastore, Jefferson Cano, João Luis Saraiva Moraes Abreu, João Raimundo Mendonça  
16 de Souza, José Alexandre Diniz, José Claudio Geromel, José Roberto Ribeiro, José Luis Pio  
17 Romera, Leandro Aparecido Villas, Luan Ramos da Silva, Lucas Marques de Almeida, Marco  
18 Aurélio Zezzi Arruda, Maria Helena Baena de Moraes Lopes, Marisa Masumi Beppu, Matheus  
19 Alves Albino, Mirna Lúcia Gigante, Munir Salomão Skaf, Orival Andries Júnior, Osvaldir  
20 Pereira Taranto, Pascoal José Giglio Pagliuso, Patrícia Kawaguchi Cesar, Paulo Adriano  
21 Ronqui, Paulo César Montagner, Paulo Régis Caron Ruffino, Rachel Meneguello, Renato  
22 Falcão Dantas, Renê José Trentin Silveira, Rodrigo Ramos Catharino, Rosmari Aparecida  
23 Ribeiro, Samuel Rocha de Oliveira, Sávio Machado Cavalcante, Sérgio Luiz Monteiro Salles  
24 Filho, Teresa Dib Zambon Atvars e Vanessa Petrilli Bavaresco. Como convidados especiais,  
25 compareceram os professores: Cláudia Regina Cavaglieri, José Antônio Rocha Gontijo, Manoel  
26 Barros Bértolo, Maria Silvia Viccari Gatti, Néri de Barros Almeida, Shirlei Maria Recco-  
27 Pimentel e Teresa Celina Meloni Rosa; a doutora Ana Carolina de Moura Delfim Maciel; os  
28 doutores Andrei Vinicius Gomes Narcizo, Octacílio Machado Ribeiro e Fernanda Lavras  
29 Costallat Silvado; os senhores Gilmar Dias da Silva e Thiago Baldini da Silva. Justificaram  
30 ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Anderson de Rezende Rocha, sendo substituído  
31 pelo conselheiro Leandro Aparecido Vilas; Elaine dos Santos José, sendo substituída pelo  
32 conselheiro José Luis Pio Romera; Iuriatan Felipe Muniz, que está afastado no período de  
33 20.08.2020 a 19.08.2022, sendo substituído na ocasião pelo conselheiro Guilherme Gonçalves  
34 Capovilla; João Paulo Ferreira Bertacchi, sendo substituído pelo conselheiro Luan Ramos da  
35 Silva; Claudiney Rodrigues Carrasco, sendo substituído pelo conselheiro Carmino Antônio de  
36 Souza; e Ignácio Maria Poveda Velasco. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá  
37 início à Segunda Sessão Extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual de  
38 Campinas, realizada de forma virtual, em razão da pandemia da Covid-19. Está na sala do  
39 Consu com uma equipe da SG, da RTV, da Ascom, e também está presente o conselheiro  
40 Adilton. Agradece a participação do pessoal, que sempre com muita competência ajuda a

1 realizar a reunião do Conselho. Sendo uma reunião extraordinária, não há expediente, e informa  
2 que a pauta é única. O uso da palavra se dará por inscrição pela ferramenta em formato de mão  
3 contida na plataforma Zoom. Estão recebendo hoje, pela primeira vez, o professor Rodrigo  
4 Ramos Catharino, que tem como diretora associada a professora Priscila Gava Mazzola, cujos  
5 mandatos são de 19.08.2020 a 18.08.2024; dá as boas-vindas aos dois. Informa que a  
6 conselheira professora Rosmari Aparecida Ribeiro, da representação das demais carreiras  
7 docentes, passa à titularidade em substituição ao conselheiro André Buonani Pasti, que solicitou  
8 seu desligamento junto ao Conselho Universitário. Sabem da agenda complicada de todos, das  
9 diversas questões que estão colocadas, mas marcaram esta reunião porque é um assunto que  
10 interessa a todos. Como precisavam ter um posicionamento oficial da Universidade, resolveu  
11 convocar esta reunião extraordinária para terem uma moção do Conselho Universitário. Como  
12 todos sabem, na semana passada surgiu este projeto de lei, enviado pelo governador à Alesp,  
13 número 529, referente a uma série de mudanças administrativas. Já tinha ouvido comentários  
14 de que eles estavam preparando um projeto, uma mudança administrativa, que continha  
15 diversos pontos, e inclusive já havia comentado em alguma reunião com os diretores, que já  
16 tinha sido alertado de que viria um assunto complicado. E, de fato, foi o que aconteceu. O  
17 projeto de lei é muito complexo, tem muitos temas diferentes, ainda nem sabem o impacto  
18 completo de todos, porque ele vai desde a questão de percentuais do ICMS para certos produtos,  
19 para certos setores, a renúncia fiscal, como é chamada. Ele também fecha diversos órgãos do  
20 estado, do governo, e tem consequências na questão do apoio do servidor público, o hospital do  
21 servidor público, do suporte de saúde. Inclusive consequências inusitadas, como uma que  
22 considera curiosa e complexa, que é a previsão de fechar o Zoológico de São Paulo, em cujo  
23 estatuto está estabelecido que caso aconteça qualquer coisa, os animais devem ser doados para  
24 a USP. Então, de repente a USP, além desse problema todo, vai herdar, provavelmente, animais  
25 do Zoológico de São Paulo. Portanto, as consequências vêm nas entrelinhas em situações  
26 bastante complexas e imprevisíveis em certos casos. Então essa é uma situação específica, mas  
27 há muitos assuntos que ainda estão estudando, analisando as consequências. Certamente o que  
28 afeta diretamente a Universidade é o artigo 14, afeta diretamente a Unicamp, USP, Unesp e  
29 Fapesp, que prevê que o governo retire das autarquias, autarquias especiais, o superávit  
30 financeiro do balanço patrimonial do exercício 2019. O governo alega que é devido à pandemia,  
31 de uma situação difícil, porque tem de pagar salários, que está com muito déficit neste  
32 momento, que não tem recursos, mas a proposta prevê que isso aconteça não só neste ano de  
33 emergência, mas em todos os anos a partir de agora, 2020, 2021, 2022, e assim por diante, a  
34 partir da aprovação da lei. Isso afronta diretamente a autonomia universitária como conhecem  
35 e impede todo tipo de planejamento, de ação, o bom uso até do recurso público porque,  
36 naturalmente, havendo uma lei desse tipo, não há nenhum tipo de motivação para economizar,  
37 para gastar adequadamente os recursos e mantê-los de um ano para o outro. Portanto, será um  
38 verdadeiro desastre para as universidades e para a Fapesp, que também não poderá fazer  
39 projetos de longo prazo, pensando em projetos de vários anos, como tem acontecido, que são  
40 fundamentais para a ciência e para a tecnologia. Além disso, no momento atual que vivem,

1 estão em um processo em que precisam do recurso. Já sem esta lei, como todos sabem, teriam  
2 um problema no final do ano com a própria dotação orçamentária. A dotação orçamentária não  
3 é suficiente para o pagamento da folha do décimo terceiro salário, precisariam pedir uma  
4 dotação orçamentária suplementar. Não que não haja financeiro, não há dotação orçamentária  
5 para proceder com o pagamento, mas isso exige também uma manobra e uma discussão com o  
6 governo para permitir que esse pagamento seja feito, ou um adiantamento do ano seguinte, o  
7 que também provoca uma situação bastante complexa. De todas as maneiras, a situação é essa,  
8 e assim que o assunto foi divulgado, imediatamente o Cruesp se reuniu e fez uma nota no  
9 domingo para acalmar um pouco, para mostrar que estavam sabendo, porque havia muitas  
10 pessoas sabendo naquele momento e parecia que os reitores não estavam. Mostraram que  
11 estavam sabendo, que estavam conversando, discutindo, e durante toda a semana fizeram  
12 diversos contatos, conversas, discussões. Ligou para praticamente todos os deputados  
13 solicitando que fossem enviadas emendas para este projeto de lei, e uma parcela significativa  
14 respondeu positivamente. Cerca de 45 emendas foram colocadas para o artigo 14, com o  
15 envolvimento de mais de 55 deputados, um pouco mais da metade de deputados da Alesp  
16 envolvidos em enviar emendas contra o artigo 14. O problema é que um projeto de lei de  
17 tamanha complexidade e com tantos assuntos envolvidos mobiliza muito e dilui um pouco as  
18 ações relacionadas a certas emendas. Foram enviadas mais de 650 propostas de emenda para  
19 este projeto de lei. Se acham que uma discussão no Consu é complexa, podem imaginar essa  
20 costura de 650 emendas diferentes. Acha até que é uma estratégia de diluir a discussão de cada  
21 uma delas nesse sentido. Por isso precisam ficar muito atentos, muito firmes, cobrando os  
22 deputados, para os quais explicou as consequências deste artigo. Muitos se sensibilizaram,  
23 mandaram essas propostas de emenda; já enviou mensagem agradecendo e há um grupo de  
24 pessoas acompanhando, fazendo mobilizações nas redes sociais, fazendo abaixo-assinado, que  
25 devem ter recebido, e acha importante participar de tudo isso. Também há pessoas preparando  
26 um placar de como cada deputado votou, quem participou etc. Acha importante acompanhar  
27 neste momento como estão se posicionando cada um dos deputados, como estão colocados.  
28 Quem tiver acesso, condições de conversar com algum deputado, prefeito, vereador, qualquer  
29 pessoa que possa ter qualquer acesso e mobilização com relação a esse PL, é importante neste  
30 momento. Já escreveu uma carta a todos os deputados federais da região e a todos com quem  
31 possuem um certo contato para mobilizá-los. Ligou para o prefeito de Santa Bárbara do Oeste,  
32 que é ex-aluno da Unicamp e atualmente é presidente do Conselho da Região Metropolitana de  
33 Campinas, pediu para ele agendar uma conversa com todos os prefeitos da região e com os  
34 deputados estaduais da região. Ele marcou essa conversa, que ocorrerá amanhã, às 11h, com  
35 todos os prefeitos e deputados estaduais e federais da região de Campinas. Pretende fazer o  
36 mesmo com Piracicaba e Limeira. Estão organizando ações no Cruesp, e a Unesp teria papel  
37 fundamental nesse processo porque ela tem acesso a muitos deputados de uma região muito  
38 espalhada pelo Estado de São Paulo. Vão dividir as tarefas e conversar com todos os deputados  
39 estaduais para mostrar essa situação. Tem uma reunião hoje à tarde com o Secretário de  
40 Projetos, Orçamento e Gestão do Governo, Mauro Ricardo Costa, que é o responsável por esse

1 projeto de lei. A reunião já estava marcada antes até mesmo desse projeto de lei, para discutir  
2 a questão orçamentária da Unicamp no exercício 2020, para que ele entendesse um pouco mais  
3 porque estão buscando o repasse daquele recurso federal que veio para os estados. Então hoje  
4 à tarde terá essa reunião com o governo, tem tido contato com eles, de qualquer maneira,  
5 mostrando, discutindo, falando sobre essa lei, também tentando sensibilizar o governo do  
6 desastre que será a aprovação dessa lei. Em termos concretos, o projeto refere-se a um superávit  
7 financeiro do balanço patrimonial da Universidade em 2019. Isso gera muita confusão, e  
8 também não sabe se é uma estratégia proposital, mas houve muita confusão na mídia, e também  
9 aconteceu entre eles mesmos, entre os colegas, e confessa que demorou dias para entender como  
10 é possível que a Universidade, que acumula pelo menos cinco ou seis anos de déficit financeiro,  
11 tenha superávit no seu balanço. Uma explicação seria que o balanço patrimonial é como se fosse  
12 um filme, enquanto o balanço financeiro anual é uma fotografia daquele ano, considerando os  
13 gastos e as receitas de um ano específico. A Unicamp vem tendo superávits, que indicam a  
14 adimplência da Instituição, ou seja, ela não possui dívidas, nunca contraiu empréstimos.  
15 Significa que a Universidade tem pago as suas obrigações, e esse superávit vem caindo ano  
16 após ano, porque ele é um reflexo da saúde financeira e de como estão. No caso específico da  
17 Unicamp, o superávit financeiro total de 2019 foi algo em torno de R\$150 milhões, sendo que  
18 R\$100 milhões são de projetos, convênios, que não é recurso do tesouro, enquanto R\$50  
19 milhões, aproximadamente, são recursos oriundos do tesouro. Então, seria esse o recurso  
20 confiscado pelo governo se esse projeto de lei for aprovado. Passou um tempo considerável  
21 explicando para a imprensa, para jornalistas etc., que ter superávit não significa que a  
22 Universidade tem dinheiro sobrando, como o governo quer colocar. Fala isso também da  
23 Fapesp, que tem dinheiro sobrando etc., mas não tem, o que tem é um recurso que tem servido  
24 justamente para não precisarem recorrer a empréstimos, a nenhum tipo de dívida no momento  
25 para pagar as obrigações no dia a dia. Isso sendo retirado, naturalmente a situação mudará para  
26 muito pior. Infelizmente, para piorar a situação, o ataque, não vem isolado, ele vem de várias  
27 frentes, e também na semana passada apareceu um processo contra o Cruesp, do Ministério  
28 Público Estadual, referente a uma ADI, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra as  
29 três universidades públicas, referente ao aumento de salário de 2,2% concedido em 2019, isso  
30 foi judicializado. Então existe um processo contra os reitores das três universidades, pelo  
31 aumento dado em 2019, referente à data-base. A alegação é que deveriam ter pedido, ou seja, é  
32 mais um ataque à autonomia; argumentam que a autonomia não é desculpa para não passar esse  
33 aumento pela Alesp. Como todos podem perceber, estão vivendo um momento bastante crítico,  
34 difícil nas três universidades, com várias mentiras sendo espalhadas, com muitas situações  
35 difíceis de lidar, e têm tentado, em todas as frentes, de todos os jeitos, trabalhar para mostrar a  
36 realidade que estão vivendo. Portanto, convocou este Consu extraordinário para aprovar uma  
37 moção de repúdio ao projeto de lei 529, ao menos ao artigo 14, mas, por extensão, fica ao  
38 projeto de lei. Algumas pessoas enviaram sugestões muito pontuais de redação, pelas quais  
39 agradece, mas vai colocar a proposta e depois fazem eventuais ajustes de português, de  
40 linguagem. O importante é aprovar hoje essa moção, para terem um documento para enviar para

1 os deputados, para os prefeitos, para a sociedade de maneira geral, que seja um documento  
2 oficial da Unicamp. Não vão aqui discutir frases pontuais; se houver algum conceito, alguma  
3 coisa que não ficou dita etc., o tom naturalmente pode ser sempre um pouco mais agressivo,  
4 menos agressivo, mas o texto já passou por dezenas de versões, por muitas pessoas, para obter  
5 um tom que seja ao mesmo tempo forte, mas sem ser extremamente agressivo. Há palavras que  
6 mostram realmente a força da moção e a indignação da Universidade frente a esse ataque que  
7 representa esse projeto de lei. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL pergunta se a  
8 Assembleia acolheu a urgência para esse projeto; e se sim, qual o limite para que a votação  
9 ocorra. O MAGNÍFICO REITOR responde que a Assembleia acolheu, está discutindo, e o  
10 governo está já querendo votar semana que vem, começo de setembro. Já criaram a comissão,  
11 já sabem os caminhos que serão feitos, já foram determinadas as comissões pelas quais passará,  
12 e farão em regime de urgência. Não sabe como será feita a discussão, mas estão aqui em paralelo  
13 trabalhando com relação a isso. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que estão  
14 vivendo o maior ataque à Universidade, pelo menos o tempo que acompanhou, desde a década  
15 de 1980. Pensa que não vai parar por aí, porque o balanço patrimonial é construído na base da  
16 lei 4.320 de 1964, e utiliza despesa liquidada, aquela que já foi realizada e cujo material foi  
17 entregue. Isso significa que ele vai fazer o cotejamento anual com a Universidade, ou seja, a  
18 despesa empenhada não poderá ser incluída porque não foi realizada ainda. Eles vão poder  
19 cancelar o empenho, até porque o estado, ele tem que reduzir sua dívida fundada e não vai ficar  
20 segurando empenho para aumentar o endividamento. Então haverá todo ano uma discussão com  
21 a Secretaria da Fazenda para ver o que vai poder ficar empenhado ou não. A Universidade perde  
22 essa autonomia que ela tem hoje de deixar restos a pagar não processados para o ano seguinte,  
23 porque eles vão apertar, vão fazer esse cotejamento com a Secretaria da Fazenda. Se hoje já é  
24 difícil conseguir dotação, podem imaginar em uma situação dessa, em que no fechamento do  
25 ano cancelam aquilo que não foi realizado e começam novamente no ano seguinte. É uma  
26 situação desastrosa para a Universidade, é o que ela viveu antes da autonomia, quando as  
27 compras demoravam muito, as coisas não se realizavam. É muito mais grave do que perder os  
28 recursos do superávit patrimonial. A preocupação que possui é muito maior do que a que está  
29 sendo aventada pela imprensa, porque vão estar nas mãos da Secretaria da Fazenda e não terão  
30 mais autonomia de decidir que vai deixar tudo empenhado. Porque na medida em que vão  
31 querer reduzir a dívida do estado, tudo o que vai ficar terá de ser negociado com a Secretaria  
32 da Fazenda. Viu a Secretária Patrícia Ellen na discussão da LDO, eles estão reduzindo pela  
33 metade a secretaria dela. Os recursos que ela vai ter no ano que vem estavam em cerca de 50%,  
34 e ela estava implorando para quem estivesse ouvindo ajudar a ter orçamento para o ano que  
35 vem. Precisam fazer essa discussão e precisam ser duros. O problema é que mobilização é  
36 difícil; vai ter uma carreta saindo da Assembleia Legislativa amanhã a partir das 13h em  
37 direção ao Palácio, para tentar pressionar deputados, mas a fragilidade devido à pandemia é  
38 muito grande, então é impressionante o governo estar fazendo algo assim, sem necessidade,  
39 porque no ano passado as isenções foram de R\$24 bilhões. Só acabando com as isenções já  
40 resolveria o problema orçamentário. E a arrecadação do ICMS também não está tão ruim quanto

1 eles imaginaram. O acompanhamento que faz do município está com queda acumulada de 6%  
2 até o repasse de amanhã. Então, inclusive a última semana de agosto, que credita amanhã, teve  
3 um crescimento de 15% acima da previsão que a Secretaria da Fazenda fez. Eles estão se  
4 aproveitando da pandemia para retirar as conquistas de 30, 40 anos, em que vêm lutando para  
5 melhorar recurso para a Universidade, para melhorar ciência e tecnologia no estado e no país.  
6 Precisam juntar todas as forças para derrubar esse PL 529, que não é só a questão da  
7 Universidade, tem várias outras questões importantes do estado, EMTU, CDHU etc., questões  
8 quase centenárias, com 60, 70 anos de existência, que ele vai destruir, praticamente deixar sem  
9 orçamento. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR elogia a Reitoria pela proposta  
10 da moção, por chamar este Conselho Universitário para discutir, porque realmente é muito  
11 importante dar uma resposta para os ataques do governo, e é importante que todos saibam que  
12 o governo não está passando a valorizar mais a ciência, mesmo nesta época de pandemia,  
13 mesmo com todos os esforços incansáveis que as universidades vêm tentando fazer para ajudar  
14 no combate à pandemia. Então precisam realmente se unir para defender a universidade pública.  
15 Concorde bastante com o que o conselheiro José Luis falou. Esse PL tem muitos outros  
16 absurdos, não é só a questão das universidades, tem toda questão de privatizações que estão  
17 sendo propostas, como a do zoológico, que o professor Marcelo até citou que vai trazer  
18 consequências para a USP, se isso acontecer; também tem concessão de parques e outras áreas  
19 públicas, e um desmonte de diversas outras instituições públicas. Portanto, acha que podem  
20 aprovar o espírito da moção com algumas alterações propostas. Sugere que essa moção não  
21 repudie apenas o artigo 14, mas o projeto de lei como um todo, porque devem se juntar às outras  
22 instituições públicas que estão ameaçadas. Poderiam também falar um pouco mais sobre outras  
23 áreas da Universidade, porque algumas áreas, como as Tecnológicas, tiveram algumas  
24 descrições bem mais detalhadas do que áreas de Humanas e Artes, por exemplo. Acha que  
25 poderiam complementar, incluindo também a extensão e a cultura, porque a Unicamp tem feito  
26 um excelente trabalho no que se refere à extensão e cultura, junto à ProEC e outros órgãos. A  
27 moção poderia ficar bem mais completa se falasse sobre isso e detalhasse melhor também os  
28 programas de permanência estudantil, porque o texto da moção menciona isso muito  
29 sucintamente. Acha que poderiam trazer números, exemplos de programas, falar mais sobre as  
30 ações socioalternativas, porque a Unicamp tem um programa de permanência que é muito bom,  
31 é só ver como uma proposta de alteração nesses programas causa uma comoção tão grande entre  
32 estudantes, porque, de fato, tem uma parcela muito grande da Unicamp que depende desses  
33 programas para estar na Universidade. Poderia até falar um pouco mais sobre as questões de  
34 permanência se tivesse recebido o relatório do GT que fez a proposta de reformulação da  
35 regulamentação das bolsas SAE. Fez essa solicitação na última reunião da Cepe, mas  
36 infelizmente foi ignorada mais uma vez no seu pedido, e não teve acesso a essa análise que  
37 imagina que o GT tenha feito sobre os projetos de permanência e as bolsas. O Conselheiro  
38 FERNANDO ANTÔNIO SANTOS COELHO diz que se inscreveu para passar a palavra para  
39 a professora Silvia Gatti, presidente da ADunicamp. A Professora SILVIA MARIA VICCARI  
40 GATTI diz que a ADunicamp, desde o início desse processo, em 13 de agosto, está reagindo

1 fortemente contra a aprovação deste pacote, considerado como pacote de maldades estabelecido  
2 no PL 529. Ele se caracteriza como um ataque frontal do governo Dória ao funcionalismo  
3 público do estado como um todo. Ali está presente uma evidente demonstração do não  
4 compromisso com a democracia e sua insensibilidade para com os cidadãos a quem jurou  
5 defender quando assumiu o governo. Essa reação da ADunicamp está presente tanto como uma  
6 associação de docentes que tem de cuidar ou zelar pelos docentes nas universidades públicas,  
7 como também está presente no Fórum das Seis, e com a sua interação com dezenas de outras  
8 instituições que representa os servidores públicos do estado, que estão sendo atacados  
9 diretamente pelo que representa esse PL. Esse conjunto todo está agrupado no que estão  
10 chamando de “Frente paulista em defesa do servidor”. Estamos com essa frente, além da  
11 persistência da evidenciação do que esse PL significa para as três universidades públicas e para  
12 a Fapesp, demonstrando também o repúdio ao desmonte das diferentes e importantes  
13 instituições paulistas e ao que elas representam na prestação do serviço de qualidade,  
14 fundamentalmente na minimização das desigualdades sociais, como o Furp, a Sucen, a  
15 Fundação Oncocentro, que atuam de maneira gratuita, de maneira importante, inclusive para  
16 regular o próprio sistema privado. Muitas dessas instituições também estão associadas às  
17 universidades, em projetos de pesquisas, e a degradação ou extirpação dessas instituições  
18 também levarão a consequências importantes para a graduação e pós-graduação, portanto vão  
19 atingir a principal missão da Universidade, que é a de formação de profissionais de qualidade,  
20 não só para o setor público, mas também para o setor privado. Essa observação deve estar  
21 presente também como uma forma de sensibilizar outros setores que indiretamente, ou mesmo  
22 diretamente, serão atingidos por esse projeto. Em plena pandemia, que de alguma maneira se  
23 caracteriza pela falta de um trabalho orientador por parte do governo federal, o governador  
24 Dória está querendo dismantelar os serviços de saúde do estado, e acha que deveriam perguntar  
25 quem vai assumir tudo isso que está contido, nessas fundações, nesse trabalho que é prestado  
26 pelo servidor público, que também está sendo bastante atacado. Acreditam também que as  
27 universidades deveriam se debruçar sobre tudo que consta nessa PL, ver suas consequências  
28 diretas e indiretas. A Frente Paulista está trabalhando nesse sentido para fazer chegar à  
29 população os riscos inerentes ao projeto, por isso chamam a todas e todos para atuarem nos seus  
30 espaços e nos seus grupos. Sugere a leitura e difusão do material produzido hoje pelo Blogs de  
31 Ciências da Unicamp, que está excelente. Ele traz informações do que fazem esses diferentes  
32 institutos. A sua leitura pode levar a surpresas para quem não tem a dimensão do que significa  
33 esse trabalho e o que consta de atendimento, de serviços para a sociedade. A Adunicamp apoia  
34 e deixa clara a importância da moção aqui discutida e cumprimenta a Reitoria pela ação,  
35 buscando a preservação da autonomia das universidades. Mas gostariam de ver nela uma reação  
36 mais forte, um “não” a este desmonte programado do estado. O Conselheiro ADILTON  
37 DORIVAL LEITE concorda com a moção, o texto deixa a explícita a contrariedade ao artigo  
38 14, embora vários conselheiros tenham manifestado repúdio a outros artigos do PL 529. Sabem  
39 que a autonomia é frágil, ela está estabelecida por decreto, e esse é um novo ataque; já houve  
40 outros ataques, então acha importante a manifestação da Universidade, pois ela tem o papel de

1 defender a autonomia. Viu várias manifestações acerca do PL 529 e leu hoje uma hoje pela  
2 manhã que fazia uma avaliação jurídica do PL 529. Ela coloca que o PL 529 reúne  
3 inconstitucionalidades e ilegalidades, que esperam que sejam detectadas pela Comissão de  
4 Constituição e Justiça da Alesp. O projeto vai passar por essa comissão. A ofensa à autonomia  
5 universitária, que é constitucionalmente estabelecida, é um dos pontos gritantes desse projeto,  
6 de acordo com essa análise que viu hoje. O entendimento é que a proposta, da forma como está  
7 colocada no artigo 14, capítulo V, inviabiliza a organização e o planejamento autônomo das  
8 instituições USP, Unesp, Unicamp e Fapesp, com isso agride a garantia institucional, que está  
9 inscrita no artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Talvez o problema que deva ser  
10 discutido é o modelo de financiamento estabelecido através da cota-parte, que vai bem quando  
11 a economia vai bem. Já estão na segunda gestão consecutiva com déficit, nos quatro anos da  
12 última gestão e essa aqui todos os anos até agora foram deficitários por queda de arrecadação  
13 de ICMS. As gestões são sérias nas três universidades e na Fapesp. Se tem uma ou outra medida  
14 que os grupos não concordam, é outra história. Então, o que verificam é que depois de  
15 experimentar um período de evolução entre os anos de 1995 e 2014, vem apresentando quedas  
16 importantes a partir de 2014, que são decorrentes da instabilidade política econômica, e que  
17 tem afetado, obviamente, o repasse dos recursos por parte do governo às universidades e à  
18 Fapesp, o que exige um processo de gestão bastante desafiador. Desde 1989, quando as três  
19 universidades estaduais paulistas passaram a gozar de autonomia financeira plena, os  
20 indicadores de produtividade foram bastante significativos, em oposição, por exemplo, ao  
21 número de funcionários e docentes, que caiu no período analisado. Então, com exceção dos  
22 quantitativos de funcionários e docentes, que apresentam redução nesse período, todos os  
23 demais indicadores demonstram expansão. Por exemplo, houve um aumento significativo de  
24 alunos matriculados, de títulos concedidos e de publicações científicas. Portanto, considera  
25 importante esta reunião e obviamente manifesta voto favorável à aprovação da moção. O  
26 Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA cumprimenta a Reitoria pela  
27 iniciativa e diz que os encaminhamentos que o senhor Reitor anunciou são extremamente  
28 importantes; é papel do Reitor articular a cidade, a região, os parlamentares, os prefeitos para  
29 se engajar nisso. É um papel importante para que tenham a possibilidade de derrotar isso. O  
30 outro papel seria criar um ambiente de muita mobilização, mas como o conselheiro José Luis  
31 já observou, com muita dificuldade agora neste momento de pandemia. Resta então fazer  
32 atividades mais pontuais, como a que vai ocorrer quarta-feira na Assembleia Legislativa, com  
33 um “tuitaço” no mesmo horário do ato, e é importante todos se engajarem porque isso cria uma  
34 dinâmica de mostrar nas redes sociais que existe um grande descontentamento com esse projeto.  
35 Os parlamentares guiam-se muito por isso, o que está saindo nas redes sociais, então é  
36 importante estarem atentos a isso. É importante também uma manifestação da Universidade  
37 para reiterar a contrariedade ao ataque à autonomia, porque é isso o que estão vivenciando, eles  
38 sempre tentaram isso. A CPI que houve, inclusive fizeram uma Assembleia Universitária aqui  
39 sobre isso, tinha um pouco essa intenção, e agora no momento da pandemia fazem um projeto  
40 que, de fato, acaba com a autonomia das universidades. Vão voltar ao que era em 1988, e



1 precisam resistir a isso. Acha importante somar força para derrotar isso, mas também é  
2 importante se conectar com a política mais geral do que representa esse desmonte do PL 529.  
3 Por exemplo, acabar com a Sucen, com a Furp no momento de pandemia é escandaloso. Acabar  
4 com a CDHU no momento em que no pós-pandemia precisam gerar emprego, precisam gerar  
5 moradia popular, também é um absurdo, porque tem todo um histórico do CDHU em torno de  
6 políticas de habitação para o estado de São Paulo, inclusive a moradia dos funcionários da  
7 Unicamp é uma obra da CDHU, e há vários bairros em Campinas que são estruturados a partir  
8 da CDHU. Então é importante fazerem essa conexão com os movimentos sociais que  
9 representam esse projeto. Acha que deveriam fazer alguns ajustes na moção, mas está de pleno  
10 acordo com ela; ela precisaria realçar também essa questão do que representa o PL 529, do que  
11 ele está reduzindo do ponto de vista do papel do estado. Estão vivendo um ataque muito forte  
12 sobre a Universidade. Acabar com a autonomia financeira é acabar com a autonomia da  
13 Universidade de fato, é colocar o Reitor depois em uma situação de pedir recurso ao  
14 governador. Então, é um retrocesso enorme. Então, diante da dimensão disso, além de aprovar  
15 uma moção, que acha que deve passar por alguns ajustes, o senhor Reitor deveria, não sabe se  
16 isso é possível, decretar que o Conselho Universitário está reunido em caráter permanente  
17 enquanto essa questão do PL estiver em discussão. Obviamente, se sentir necessidade de  
18 convocar o Conselho Universitário, vai poder convocar qualquer hora, mas isso daria para o  
19 Conselho Universitário um caráter de reunião permanente, para não ter dispersão nessa  
20 discussão do PL, porque isso é fatal para a Universidade. A Conselheira RACHEL  
21 MENEGUELLO parabeniza a Reitoria por apresentar esta moção para que o Conselho se  
22 manifeste com relação a essa avalanche em cima da universidade pública. Evidentemente todos  
23 são favoráveis a essa moção, mas acha que é o principal ataque que a Universidade sofre desde  
24 a conquista da sua autonomia. Além de tudo, como já foi dito aqui por alguns outros colegas,  
25 atinge frontalmente a forma como o estado organizou de maneira estrutural a produção do  
26 ensino, da ciência e da tecnologia há décadas. Ao atingir as fundações, não só as universidades,  
27 está atacando uma estrutura de produção de ensino, ciência, tecnologia e conhecimento que  
28 existe há décadas e que deu o patamar que possuem diante do país, e até em termos  
29 internacionais. Vê como surpreendente, para dizer o mínimo, que no meio da pandemia,  
30 escutando o governador quase todos os dias na TV Cultura falando sobre o papel da ciência,  
31 que é aquilo que orienta o combate ao coronavírus, esse projeto de lei tenha sido apresentado à  
32 Assembleia. Surpreendente pelo impacto que isso vai ter, pela contradição que isso é. A moção  
33 toca problemas muito importantes, mas propõe a adição, de uma frase que seja, que colocasse  
34 uma defesa contundente ao papel da ciência e do conhecimento demonstrado já claramente  
35 nessa crise sanitária do coronavírus, clamado pelo governador em todas as suas declarações.  
36 Seria importante uma frase que mencionasse não apenas o papel da ciência e do conhecimento  
37 neste momento, mas também aquilo que vai produzir como impacto negativo no futuro se não  
38 tiverem uma defesa dentro da Assembleia contundente contrariando essas medidas. O  
39 Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL concorda com todos que o antecederam que é  
40 certamente neste momento o ataque mais contundente à universidade pública que conhecem

1 desde que a decisão a respeito da autonomia foi tomada em 1989. Se isso acontecer, as  
2 universidades e a Fapesp deixarão de gerenciar seus recursos, dando-lhes inclusive um caráter  
3 estratégico de longo prazo. Acabou, portanto, a autonomia. É muito grave este momento, e  
4 concorda com o que foi dito, que esse PL vai muito além, ataca muitas outras coisas além das  
5 universidades e da Fapesp, entretanto acha que a moção deveria se concentrar em explicitar à  
6 população o que ocorre no ambiente universitário. Não cabe inclusive a questão de repasses do  
7 ICMS, de percentuais e eventuais situações a respeito de déficit orçamentário ou ocorridos, isso  
8 terá o momento para que seja discutido no futuro. Agradece e parabeniza pelo texto da moção,  
9 mas propõe algumas pequenas considerações a respeito de algo que deveria ser focado de  
10 maneira mais contundente. No preâmbulo do projeto de lei é mencionado que a iniciativa do  
11 governo do estado visa “dotar o estado de meios de enfrentamento da grave situação fiscal que  
12 ora vivenciamos devido aos efeitos negativos da pandemia da Covid-19 sobre as receitas  
13 públicas”. Entretanto, pergunta como pode este argumento servir para que seja transferida a  
14 cota única do tesouro paulista, “o superávit aprovado em balanços patrimoniais do exercício de  
15 2019”, e, com grifo seu, os seguintes. Aliás, o senhor Reitor acaba de exatamente mencionar  
16 isso: usa-se um fato de duração limitada no tempo para impor uma regra perene. Se perguntado,  
17 o governo dirá que os compromissos futuros serão preservados. Eis a prova de que se deseja  
18 usar as graves dificuldades do momento para atentar contra a autonomia universitária. Gostaria  
19 também que pudessem dizer, de maneira clara e bastante contundente, que todo ano a Unicamp,  
20 com seus recursos universitários, paga todos os seus aposentados e pensionistas. Se o estado  
21 deseja obter recurso para este fim, é importante mencionar que a Unicamp já está fazendo o que  
22 lhe cabe. Da mesma forma, a Unicamp arca com as despesas necessárias para fazer funcionar  
23 toda estrutura de saúde que coloca à disposição da população. Durante a epidemia, as despesas  
24 da área hospitalar cresceram de maneira significativa. A Unicamp tem usado suas reservas para  
25 cobrir os gastos, sem receber do governo do estado a sua cota dos repasses federais  
26 recentemente aprovados pelo Congresso Nacional. Por fim, a exemplo das universidades e da  
27 Fapesp, cabe perguntar se o Estado de São Paulo não tem um fundo de reserva para usar em  
28 situações adversas como esta que estão vivendo. Ao final da moção, há um apelo ao próprio  
29 governo do estado e Assembleia Legislativa no sentido de estabelecer um diálogo; diálogo é  
30 sempre importante, mas deve ser estabelecido por consideração recíproca entre as partes. Neste  
31 caso, o diálogo e troca de informações deveriam ter ocorrido antes do envio desse projeto de  
32 lei. Faz uma sugestão, e tem certeza de que a Reitoria saberá eventualmente alterar em alguns  
33 pontos a redação da moção. Acha que o texto assinado pelos diretores tem vários aspectos que  
34 poderiam ser colocados na moção, vários pontos mais sucintos, mais contundentes e mais  
35 equilibrados, sobretudo no que diz respeito à sua parte final. O Conselheiro MATHEUS  
36 ALVES ALBINO saúda a iniciativa da moção, mas para que possam entender suas  
37 considerações, traz duas notícias de 2017. A primeira é de 10 de março de 2017: “Circo de  
38 horrores na USP. Brutalidade, feridas e sangue. A pedido do reitor, tropa de choque da PM  
39 agride manifestantes contra documento ‘Parâmetros de sustentabilidade econômico-financeira’.  
40 A operação foi apoiada por diretores de unidades”. A segunda é de 02 de outubro de 2017:

1 “Reitor da UFSC comete suicídio em shopping de Florianópolis. Polícia Federal ligou ex-reitor  
2 a desvio e não apresentou provas”. O que deseja dizer com isso é que quando levam um deles  
3 e concordam, na próxima vez que os levarem não vão olhar os seus cargos, não vão olhar se  
4 são terceirizados, se são concursados, se são docentes, técnicos, estudantes de graduação, pós-  
5 graduação, *lato* ou *stricto sensu*, e acho que é disso que se trata o PL 529: abuso de poder e  
6 covardia. Ao contrário do que disse uma pró-reitora recentemente, a ciência está sendo atacada.  
7 É preciso relembrar o óbvio: ou se unem para defender a ciência, ou vão desonrar a casa que  
8 um dia foi de Paulo Freire. Impor esse projeto é um ataque direto à Constituição Federal, ao  
9 estado democrático de direito, e é um ataque a cada trabalhador paulista, e não surpreende  
10 ninguém; o governador João Dória foi eleito sem saber o que é Constituição, sem saber o que  
11 é estado de direito e sem saber o que é trabalho. Então, por esses e outros motivos, avalia que  
12 devem ser contrários ao PL inteiro, e não somente ao artigo 14, porque ele propõe, como já  
13 disseram alguns conselheiros, a extinção de fundações, empresas públicas, como CDHU,  
14 EMTU, Sucen e Furp. Isso prejudica os serviços de saúde, transporte, habitação, em todo  
15 estado. Então não é somente inviabilizar o financiamento das pesquisas nem o planejamento  
16 em ciência, tecnologia e inovação. O projeto de lei acaba estimulando o mau uso do dinheiro  
17 público, porque vai punir quem fizer investimento de longo prazo, põe a conta da pandemia em  
18 quem está salvando o estado de uma catástrofe maior, põe a culpa nos pesquisadores, nos  
19 estudantes em formação, nos usuários e nos trabalhadores dos hospitais. Nenhuma linha desse  
20 projeto cita que o déficit previsto é de R\$10 bilhões, mas R\$24 bilhões foram concedidos em  
21 renúncias fiscais pelo governador em 2019. Então, para ele não deve existir meia defesa da  
22 universidade pública; ou defendem ou não defendem. Meia verdade é uma mentira, meia  
23 verdade é uma ditadura, meia universidade, para ele, é um projeto em ruínas. Por isso propõe  
24 que o Conselho Universitário se coloque contrário ao projeto de lei, em especial ao artigo 14,  
25 porque ou defendem tudo o que produzimos, ou ninguém mais vai fazer isso. O Conselheiro  
26 SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO parabeniza a iniciativa da moção, e lembra que  
27 houve uma iniciativa parecida dos 26 diretores, incluindo as 24 unidades de ensino e pesquisa  
28 e os dois colégios, que fizeram uma carta aberta de repúdio ao PL. Destaca a necessidade que  
29 possuem hoje de uma convergência interna, de uma união interna para enfrentar esse problema  
30 que, a seu juízo, não vai parar por aqui. Esses ataques chegaram agora de forma definitiva, e é  
31 preciso que haja uma união interna para poder enfrentar, formular quais são as saídas que  
32 possuem pela frente e tomar atitudes. Essa moção é uma primeira atitude frente à sociedade,  
33 mas internamente precisam formular quais são os modelos, ou qual é o modelo que precisam  
34 seguir doravante, porque não basta estar em uma situação de crise financeira bastante aguda já,  
35 que se deteriorou muito com a pandemia, agora vem essa situação e isso não vai parar porque  
36 vem reforma tributária, reforma administrativa e uma série de outras iniciativas do governo,  
37 que deverão nos impactar fortemente. Acha que isso lhes coloca o desafio de discutir propostas  
38 viáveis de implementação para sustentabilidade dessa instituição que está sendo ameaçada. E,  
39 com isso, ter força para reatar as conexões externas com a sociedade e ter uma proposta que  
40 sensibilize a sociedade, para além dos argumentos que normalmente já utilizam. Produzem uma

1 quantidade imensa de serviços à sociedade, de A a Z, desde a ciência, serviços de extensão,  
2 ensino, à formação de pessoas, e isso tudo precisa ser mais bem comunicado à sociedade,  
3 precisa ser colocado de forma clara, o retorno que a Universidade traz, e essa é a razão pela  
4 qual recebem a cota-parte, recebem os recursos do tesouro anualmente. Entende que estão em  
5 um momento de muito risco, mas também de grande oportunidade para que a Universidade  
6 repense e coloque propostas de sustentabilidade para o futuro, que a permitam enfrentar não só  
7 este momento, mas o que deve vir pela frente nos próximos meses, ainda neste ano. Acha que  
8 se não fizerem isso, alguém fará por eles. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA MORAES  
9 ABREU parabenizar a Reitoria por tomar a iniciativa desta necessária e urgente moção, que  
10 conta com seu apoio. Mas, infelizmente, não poderá utilizar seu tempo para tratar dela, pois em  
11 total contradição às intenções expostas pela Reitoria com a moção, chegou na última reunião  
12 da Cepe, à Ordem do Dia, uma proposta extremamente problemática de reformulação dos  
13 critérios de concessão de bolsas e benefícios do SAE, que vem causando pesadelos e  
14 movimentação por parte dos estudantes bolsistas desta Universidade. Realizaram na semana  
15 passada uma assembleia on-line com mais de 700 estudantes para tratar o tema. Há mais de 150  
16 estudantes envolvidos em diversos grupos de trabalho para debater e reformular a proposta da  
17 Cepe. Há um abaixo-assinado que já conta hoje com mais de duas mil assinaturas, a uma semana  
18 da votação da proposta, e um ato convocado para a próxima reunião da Cepe com mais de 400  
19 estudantes confirmados. A movimentação discente, que é preocupante, deriva de que a proposta  
20 estabelece uma série de critérios meritocráticos para concessão das bolsas de caráter social, que  
21 afetam justamente os estudantes pobres e necessitados de bolsa, com baixo desempenho  
22 acadêmico. Quem irá perder são aqueles que vieram de escolas públicas, as estudantes mães,  
23 os estudantes indígenas e negros, que ingressaram por políticas afirmativas. A proposta da Cepe  
24 estabelece, entre outros pontos, que o número de bolsas e benefícios anuais passará a ser  
25 deliberado pelo Reitor e de acordo com previsão orçamentária, e não mais por previsão de  
26 demanda e a necessidade para permanecer dos estudantes vulneráveis. A proposta limita o acesso  
27 a bolsas aos estudantes que reprovaram por frequência durante a concessão do benefício,  
28 independente dos motivos familiares ou de saúde psíquica para tal. Mantém os critérios de CP,  
29 que afetam principalmente os estudantes que atrasam seus cursos por se encontrarem em  
30 depressão ou tem significativas dificuldades acadêmicas. Retira os gastos com transporte e os  
31 critérios para compor o índice de vulnerabilidade e estabelece que a bolsa terá duração máxima  
32 correspondente ao tempo de integralização regular do curso. Para situar da gravidade de tal  
33 situação, apenas 15% dos estudantes do curso de Economia diurno conseguem terminar seu  
34 curso em tempo de integralização regular, imaginem então aqueles bolsistas que ainda têm de  
35 trabalhar 10 horas semanais para poder permanecer na Universidade. Haverá uma centena de  
36 estudantes obrigados a abandonar seus cursos, prestes a se formar, por não terem condições de  
37 permanecer na Universidade. A proposta também limita a concessão de bolsas a, no máximo,  
38 dois anos para mestrado e quatro anos para doutorado; restringe bolsas a estudantes de *lato*  
39 *sensu* gratuito, àqueles que possuem diplomas em universidades privadas e a todos estudantes  
40 que tiverem uma renda bruta per capita acima de 1,5 salários mínimos. Diante da gravidade

1 dessa medida e do grau de agitação estudantil sobre o tema, a representação discente do Consu  
2 pede uma reunião urgente com a Reitoria, a ser realizada ainda nesta semana, para que possam  
3 encaminhar conjuntamente uma solução mediada para tal proposta antes da próxima reunião da  
4 Cepe e da assembleia sexta-feira. Acreditam que não é por estabelecer critérios de mérito  
5 acadêmico para bolsas de caráter social que irão melhorar os índices de formação dos  
6 estudantes; com isso só levariam os mais desfavorecidos e injustiçados a não terem meios de  
7 permanecer na Universidade. O desempenho acadêmico melhorará com uma efetiva  
8 reformulação das políticas de permanência acadêmica que desejam construir juntos. O  
9 Conselheiro PAULO REGIS CARON RUFFINO cumprimenta quem escreveu a moção, acha  
10 que o tom está perfeito, nem agressivo e está abrindo o diálogo, sobretudo o final, que se propõe  
11 a colaborar e ajudar com o diálogo e outras coisas. Gostou da fala do professor Sérgio Salles  
12 quando ele menciona sensibilizar melhor a sociedade, e, sobretudo, entre risco e oportunidade.  
13 Falaram bastante aqui sobre risco, mas não falaram sobre as oportunidades, e também acha que  
14 não está na hora de falar sobre isso, mas é importante fazer esse balanço entre risco e  
15 oportunidade, em momento mais oportuno discutem isso. Em relação ao que mencionou o  
16 professor Marcelo a respeito da ADI contra o reajuste do ano passado, pergunta quem  
17 judicializou essa questão, de onde partiu, se foi do próprio Ministério Público. A Conselheira  
18 ESTER DE PAULA MORAES parabeniza a Reitoria pela iniciativa de convocar este Conselho  
19 para aprovar a moção. Acredita que é uma iniciativa muito acertada, a Unicamp sempre se  
20 prontifica a se posicionar e também sempre que a Unicamp se posiciona, ela acaba incentivando  
21 outras instituições a também se posicionarem. Já vêm de um debate muito longo de crises de  
22 financiamento da Universidade, e a luta deveria ser para a Unicamp conseguir um auxílio, um  
23 pacote emergencial por parte do governo para que pudesse continuar funcionando com o mesmo  
24 grau de excelência, com o mesmo grau de produção de pesquisa, para que não tivesse de arcar  
25 também com custos das despesas que não são responsabilidade da Universidade, mas do  
26 governo do estado. Estão aqui discutindo como o estado vai confiscar as reservas técnicas da  
27 Unicamp, que é o que eles estão chamando de “dinheiro que está sobrando”, mas aqui sabem  
28 que não existe nenhuma sobra de recurso. A moção deve se posicionar contra a PL como um  
29 todo, porque ela atinge não só as universidades estaduais paulistas, mas também vários órgãos  
30 como a Furp, a Fosp, a CDHU, a MTU, e em muitas discussões também do Fórum das Seis  
31 uma das estratégias que estão sendo adotadas, além de toda a articulação com os deputados que  
32 compõem a Assembleia Legislativa, é fazer a unidade das forças com todos os afetados  
33 diretamente por essa PL. Então acredita que o posicionamento da Universidade tem de ser  
34 contra todo o PL, até porque, pelo que entendeu, ela tem uma parcela insignificante de coisas  
35 que poderiam ser positivas para o estado, como taxar mais impostos de locadoras de carro.  
36 Também é um posicionamento do DCE da Unicamp que a universidade seja contra esse PL  
37 como um todo, e que a moção também tenha um caráter, fazendo coro com a ADunicamp, mais  
38 inquisitivo. Sabe que isso não está hoje em pauta, mas faz coro à fala do conselheiro João Luis  
39 de que os bolsistas estão muito preocupados com essa questão da bolsa BAS. Reforça o pedido  
40 da reunião com a representação discente, já houve assembleias, os estudantes estão se

1 mobilizando, estão se movimentando. A Unicamp sempre foi exemplo em políticas de  
2 permanência estudantil, acreditam que precisa haver algumas melhoras, mas ainda assim é um  
3 exemplo, e a aprovação dessa deliberação na Cepe seria um grande retrocesso a muitos anos de  
4 luta pelas políticas de permanência estudantil. Faz esse apelo não somente como representante  
5 do DCE, mas também como uma estudante bolsista, cotista, primeira da família a ingressar no  
6 ensino superior, então solicita que repensem os conceitos, pois será muito prejudicial e um  
7 grande retrocesso se essa deliberação Cepe for aprovada. Além do PL do Dória, os estudantes  
8 ainda estão com essa preocupação de se mobilizar contra um ataque interno. Então faz aqui esse  
9 apelo aos representantes discentes da Cepe para que revejam os conceitos, e também à Reitoria,  
10 para que possa se reunir, dialogar mais com a representação discente, para que possam ver  
11 alternativas melhores. Entendem os problemas de financiamento da Universidade, mas não  
12 acreditam que eles justifiquem esse retrocesso nas políticas de permanência da Universidade,  
13 que vai prejudicar muitos estudantes bolsistas. O Conselheiro LUCAS MARQUES DE  
14 ALMEIDA reforça o que foi colocado pelos colegas da bancada discente, acha importante que  
15 a Unicamp tenha um posicionamento contrário ao conjunto do PL. Ele tem bastante coisa  
16 envolvida, misturada, que não necessariamente tenham relação, parece até uma coisa meio  
17 apressada, mas que apresenta propostas que parecem uma ampla reforma em diversas estruturas  
18 do estado e serviços públicos, que teriam um caráter mais profundo com a justificativa de  
19 responder uma crise que lhe parece mais conjuntural. Entregariam empresas que são  
20 superavitárias, como a MTU e a CDHU, o que é uma medida difícil de ser revertida, com a  
21 justificativa de um déficit que não chega à metade do valor concedido às isenções fiscais só no  
22 ano passado. A previsão é de um déficit de R\$10 bilhões no orçamento do estado para o ano  
23 que vem, mas só no ano passado foram R\$24 bilhões concedidos em isenções fiscais pelo estado  
24 de São Paulo. Então, é bastante preocupante isso. Foi falado aqui também sobre o tema da  
25 autonomia universitária, que é uma conquista fundamental que permitiu à Unicamp ser o que  
26 ela é hoje, assim como as outras estaduais, universidades de referência na pesquisa, no ensino,  
27 na extensão. Mas, no primeiro parágrafo do artigo 14, que é o que se refere ao confisco das  
28 reservas das universidades, a primeira medida que mencionada é a de ignorar os colegiados e a  
29 opinião das próprias universidades sobre o confisco das suas reservas orçamentárias, que sabem  
30 que foram essenciais para que a Unicamp continuasse funcionando nos últimos cinco, seis anos,  
31 em que ela vem trabalhando em déficits altos que consumiram sua reserva. Se essa reserva não  
32 existisse, a Unicamp já teria provavelmente colapsado financeiramente, que é o cenário que  
33 está apontado caso essas reservas sejam confiscadas, como está prevendo o PL. É muito  
34 preocupante que o estado tome uma medida como essa, em um momento como este,  
35 considerando que a Unicamp já vem trabalhando com problemas de sufocamento orçamentário  
36 há algum tempo, e parece que o confisco desses recursos acaba sendo uma medida para impor  
37 um patamar inferior de funcionamento das universidades, diminuição de quadro, de volumes  
38 de pesquisa etc., porque esse é o efeito concreto que teria. Também coloca no horizonte uma  
39 chance muito menor de conseguirem normalizar o financiamento das universidades estaduais  
40 paulistas a médio prazo. Trata-se de uma posição do governo do estado sobre qual tem de ser a

1 política de financiamento para as estaduais paulistas, que é: não resolver o problema estrutural  
2 de financiamento que existe há pelo menos 20 anos. Isso é preocupante e precisam se posicionar  
3 muito contrariamente. Com relação ao texto da moção, acha preocupante que o texto da moção  
4 reivindique políticas de austeridade fiscal, como está colocado, no sentido de achar que elas são  
5 necessárias em um momento como este. Acha que isso não ajuda, e que não cabe à Universidade  
6 neste momento reivindicar políticas de austeridade fiscal, considerando que ela faz parte do  
7 setor que mais sofre, provavelmente, com políticas desse tipo. A ampliação do investimento  
8 estatal em um momento de crise como este parece fazer muito mais sentido, do ponto de vista  
9 econômico, portanto considera um equívoco colocar isso na moção. Mas, no conjunto, é muito  
10 importante essa medida que a Reitoria tomou, de chamar este Conselho extraordinário para  
11 votar uma posição contrária ao PL. As Reitorias da Unesp e da USP, até onde sabe, pelos  
12 informes que teve de companheiros dessas universidades, não fizeram movimentação nesse  
13 sentido, e isso é muito grave, muito ruim. Seria importante um posicionamento do conjunto das  
14 estaduais sobre esse tema, pois terão um enfrentamento importante para conseguir barrar esse  
15 PL. Se já estavam colocando a perspectiva de provável colapso financeiro anteriormente a isso,  
16 agora a situação fica ainda mais grave. Deveriam estar discutindo como o Estado de São Paulo  
17 vai fornecer o pacote emergencial de financiamento de recursos para as universidades estaduais  
18 paulistas, ainda mais neste momento em que as pesquisas e os hospitais estão cumprindo um  
19 papel tão importante, e não discutindo com o estado por que ele não deve confiscar o recurso  
20 que manteve a Universidade funcionando nos últimos cinco anos. Acha isso um contrassenso.  
21 Reivindica a proposta que foi feita sobre a reunião com a Reitoria, está bastante preocupado  
22 com a proposta da Cepe relacionada ao tema das bolsas. O MAGNÍFICO REITOR diz que  
23 estava relendo o texto da moção e não encontrou nada relacionado a aprovação de política de  
24 austeridade fiscal, mas depois o conselheiro Lucas pode enviar a ele. O Conselheiro ANTONIO  
25 JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES parabeniza todos os diretores pela carta que já fizeram, que  
26 marca uma posição muito importante, e elogia também a Reitoria, na pessoa do professor  
27 Marcelo, pela iniciativa de convocar este Consu extraordinário, e pela própria moção. Todos os  
28 que acompanharam a história da Unicamp e das universidades paulistas, e acompanha isso de  
29 perto há um bom tempo, sabem da importância que a autonomia teve para o desenvolvimento  
30 da ciência, da tecnologia, da formação de recursos humanos, do ensino superior no Estado de  
31 São Paulo, e que isso teve um impacto grande em todo o país. A própria moção deixa isso claro  
32 no início da terceira página, quando fala do significado disso como algo que confronta a questão  
33 da autonomia, então é uma coisa importante que já está contida nessa moção também. Sabe  
34 também que isso foi muito importante para a Universidade desenvolver todo um procedimento  
35 de trato, com muita seriedade, com uso dos recursos públicos. Isso tem sido uma regra que  
36 caracteriza as três universidades, caracteriza bastante a Unicamp ao longo de todo esse tempo,  
37 desde a autonomia. Isso também fica claro quando, nessa moção, o terceiro parágrafo da  
38 primeira página e também logo a primeira frase da terceira página mencionam que as  
39 dificuldades orçamentárias que vivem hoje estão associadas a uma crise econômica que atinge  
40 o país desde 2014. Então outro aspecto bastante importante que foi destacado nessa moção. Em

1 todo esse tempo em que convivem com a autonomia, ela se caracterizou por uma profunda  
2 ampliação dos serviços que a Universidade presta para o país, seja na parte de extensão, seja no  
3 desenvolvimento de pesquisa, seja na formação de recursos na graduação e na pós-graduação.  
4 Acha que esses aspectos também estão contidos na moção, nos dois últimos parágrafos da  
5 primeira página, que citam a importância da área da Saúde, a importância das políticas de  
6 inclusão e a importância de ciência, tecnologia e inovação para a economia brasileira. Dessa  
7 forma, sente-se bastante contemplado com essa moção, e acha que ela passa a mensagem da  
8 importância que a Unicamp tem para a sociedade. Estão vivendo uma situação de pandemia,  
9 uma situação de muita dificuldade para todo setor de saúde, uma situação em que o setor público  
10 de saúde, o SUS, os hospitais universitários estão envolvidos totalmente no combate a esse  
11 problema e no atendimento à população. Então uma ação como essa, de retirar recursos da  
12 Universidade, torna-se ainda mais grave. Ao mesmo tempo em que precisam reafirmar toda  
13 essa importância geral da Universidade, ela se dá no contexto em que isso ainda é mais grave,  
14 dada a importância da área da Saúde. Têm retomado sempre isso nas discussões do Conselho  
15 Universitário, e precisam realmente agradecer a dedicação de todo o quadro de docentes,  
16 médicos, enfermeiros, técnicos, residentes, estudantes no atendimento à sociedade, e aproveitar  
17 esse olhar que a sociedade está tendo mais atento para a Unicamp para reafirmar a sua  
18 importância e tentar, de fato, sensibilizar não só a própria sociedade mas também o mundo da  
19 política. Essas conversas com os prefeitos, deputados, com o mundo da política em geral pode  
20 ser capaz de criar um clima junto com o apoio da população e com a própria mobilização  
21 interna, que talvez tenha potencial de sensibilizar o governo do estado para reverter essa  
22 decisão, que será calamitosa para a Universidade, mas será muito ruim também para o conjunto  
23 da sociedade, que vai sofrer demais com ausência de serviços de qualidade que já prestavam  
24 antes, mas que atingiram um nível de maturidade muito maior depois que conquistaram  
25 autonomia financeira, administrativa, de definições dos rumos das universidades paulistas.  
26 Portanto, dá todo o seu suporte a essa moção, acha que ela trata das questões mais importantes  
27 para se posicionarem hoje nesse quadro. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que a  
28 moção é uma ação importante, porém ela com certeza não será suficiente. É importante que  
29 haja um posicionamento mesmo, principalmente no momento em que os docentes, todos os  
30 profissionais em toda a Universidade estão trabalhando, a despeito de todas as adversidades.  
31 Então isso realmente tem de ficar muito claro, e a moção coloca isso. Sua fala é no sentido de  
32 alertar a comunidade universitária para dois outros pontos que considera que influenciam  
33 diretamente a Universidade. Concorde que o artigo 14 tem de estar destaque, assim como está,  
34 mas chama a atenção em relação à questão colocada nessa LP que é a antecipação de recebíveis,  
35 que afeta diretamente a Unicamp na questão da SPPrev, em relação à securitização dos royalties  
36 do petróleo, por exemplo. Precisam ficar muito atentos em relação a como esses recursos, caso  
37 seja autorizada a utilização da antecipação, serão utilizados, uma vez que, por lei, deveriam ser  
38 usados para insuficiência. E também a questão do que seria um PDV, que na verdade está  
39 colocado ali como um PDI, mas que a USP optou por fazer, a Unicamp optou em não fazer,  
40 exatamente porque possui uma assimetria muito grande de distribuição desses profissionais



1 CLTs da Unicamp. Especificamente se refere a afetar diretamente, por exemplo, a área da  
2 Saúde. Então, precisam estar atentos também a outros pontos colocados na PL, pontos que  
3 atingem diretamente a Universidade, mas concorda que em uma moção, em termos de  
4 priorização, precisam realmente focar no capítulo V, no artigo 14, que sem tocar no decreto da  
5 autonomia os torna órgãos da Administração Direta. O Conselheiro ROBSON BOMFIM  
6 SAMPAIO parabeniza pela iniciativa da Reitoria, e diz que já se sente bastante contemplado  
7 por várias falas anteriores, especialmente da representação discente, da ADunicamp e do STU.  
8 Reforça a questão da autonomia e do financiamento da universidade pública, mas a moção  
9 precisa ser em relação à PL como um todo, pois ela ataca vários setores e o funcionalismo  
10 público, como já foi falado aqui, mas também afeta a população, de uma forma indireta, através  
11 desses setores. Observa que já era esperada essa reação neste momento da pandemia, de “passar  
12 a boiada”, pois não existe muita diferenciação do governo do estado de São Paulo com o  
13 governo federal, no quesito economia. Está implementando aqui o receituário da política  
14 neoliberal, o ajuste do estado, o racionamento do estado em pagar suas dívidas públicas; hoje a  
15 dívida pública ativa do estado de São Paulo está com várias concessionárias, então acabam  
16 fazendo uma política de ajuste fiscal do estado para enxugar a máquina administrativa, para  
17 poder sanar dívidas, que ainda é muito questionável como foram contraídas, sem auditoria da  
18 população, sem um debate mais público, mais participativo. A Conselheira TERESA DIB  
19 ZAMBON ATVARS diz que este é um momento muito difícil da vida institucional, um ataque  
20 bastante organizado, orquestrado e muito direto, atacando justamente a estrutura da ciência e  
21 tecnologia no país, no estado como um todo. Ataca simultaneamente a Fapesp e as três  
22 universidades paulistas na sua essência, que é justamente a autonomia de gestão financeira e  
23 orçamentária. Impede o planejamento de mais longo prazo e cria um ambiente no qual as  
24 universidades são colocadas como aquelas que gastam mais do que devem. Esse discurso não  
25 é novo, ele já ocorreu em outros governos, e as universidades sempre encontraram, no seu  
26 conjunto, forças suficientes para se contrapor a ele, e em muitas ocasiões, pelo menos até agora,  
27 conseguiram impedir um desfecho negativo. A moção foca mais a questão justamente desta  
28 estrutura de ciência e tecnologia do estado de São Paulo do que os assuntos relacionados com  
29 outros órgãos que também estão sob ataque por esta PL, e a razão é justamente essa razão da  
30 estrutura de ciência e tecnologia do estado, que precisam, a todo custo, buscar proteger, fazendo  
31 com que esta ação seja derrotada na Assembleia. É claro que as conversas com deputados, já  
32 que o assunto foi para a Alesp já, são sempre questões de natureza política, e por isso o tom  
33 desta moção não é nem tão forte como cada um gostaria que fosse, nem tão suave como  
34 ninguém gostaria que fosse. É um tom que pontua os assuntos que os preocupam e abre, ou  
35 tenta abrir, os canais de diálogo, que são as ações políticas que precisam sempre estar fazendo.  
36 Não afugenta um certo conjunto de deputados, não deixa completamente desconfortáveis  
37 aqueles que gostariam de uma linguagem mais dura, e espera que sensibilize aqueles que, por  
38 questões de conveniência ou de ideologia, se alinham ao governo atual. Nesse sentido, acha que  
39 o tom da moção está razoável dentro desse padrão que estão buscando construir. Observa que  
40 essa luta não é só da Reitoria, é uma luta de cada um deles, e diferentes segmentos da sociedade,

1 da comunidade, têm estratégias que são de natureza diferentes. Sindicatos atuam de uma forma,  
2 representações estudantis atuam de outra, a Reitoria atua de outra, mas o objetivo é comum, é  
3 garantir que esse decreto, cujos 30 anos celebraram no ano passado, não seja destruído por  
4 medidas de natureza administrativa ocultas, como esta que está no PL. Há algumas sugestões  
5 que talvez sejam interessantes adotar para o aperfeiçoamento do texto, mas avaliam que travar  
6 a luta do PL como um todo neste momento não é a estratégia mais adequada para a Reitoria no  
7 Conselho Universitário. Ela é uma estratégia que talvez devesse ser adotada por outras  
8 entidades e outros segmentos, em conjunto, obviamente, com o restante da sociedade. Observa  
9 também que têm circulado vários abaixo-assinados que mereceriam atenção devida justamente  
10 no sentido de reforçar, do ponto de vista individual, o repúdio que possuem a este projeto de  
11 lei. Conclama a todos que, no âmbito das atuações individuais ou coletivas, atuem em conjunto,  
12 não necessariamente da mesma forma, não necessariamente com a mesma estratégia, mas  
13 necessariamente com o mesmo objetivo, que é, no caso particular, atuar fortemente contra esse  
14 artigo. A professora Marisa cita outros assuntos que estão na PL, que os preocupam, já tinham  
15 observado isso, estão fazendo as análises e reflexões, e no que diz respeito, por exemplo, ao  
16 PDV, o PL inclusive cita que as universidades deveriam fazer, novamente uma ingerência à  
17 administração universitária, sem entender que o dinamismo de cada uma delas é distinto das  
18 outras. Por exemplo, a USP fez e a Unicamp optou por não fazer, pelas razões que a professora  
19 Marisa já citou. Então, esta será uma luta difícil, mas acha que possuem argumentos e objetivos  
20 em comum, e acha que é isso que devem buscar, uma convergência necessária para que façam  
21 os encaminhamentos adequados. O MAGNÍFICO REITOR diz que a professora Teresa já  
22 descreveu um pouco a dificuldade de encontrar o tom que deve ser colocado, não deve ser  
23 colocado. Agradece ao conselheiro Lucas, que enviou o trecho; respondendo ao professor Paulo  
24 Ruffino sobre essa questão da judicialização, diz que foi o Ministério Público do Estado que  
25 entrou com essa ação de inconstitucionalidade do aumento de 2019. Estão acompanhando,  
26 seguindo o que vai acontecer. Observa que diálogo é muito importante e sempre leva a situações  
27 que melhoram as condições e as questões que colocam, mas acha que a discussão tem de ser  
28 feita com base na verdade. O conselheiro João Luis afirmou que apenas 15% dos alunos se  
29 formam em Economia no prazo de integralização, mas tem algo muito errado com esse dado.  
30 O prazo de integralização tem o prazo máximo, isso está muito claramente previsto na proposta,  
31 ou seja, se realmente 15% apenas se formam no prazo máximo, precisam verificar o que está  
32 ocorrendo. A ideia de uma regulação específica é justamente para melhorar a condição da  
33 permanência na Universidade, oferecendo apoio àqueles que mais precisam realmente, e não  
34 tendo distorções de estudantes com oito, 10, 12 anos com apoio da Universidade, sendo que o  
35 prazo de integralização máximo é de às vezes seis, às vezes oito anos, dependendo do curso e  
36 do turno. Outro aspecto importante são os critérios meritocráticos. Nesse aspecto, a proposta  
37 não mexe em absolutamente nada do que já existe, e embora não seja o momento, é importante  
38 colocar essa discussão em termos da realidade do que de fato está ocorrendo e a quem serve. O  
39 Conselho Universitário aprova o orçamento do ano seguinte, com o recurso para permanência,  
40 não é o Reitor, e também sempre determina o número de bolsas disponíveis. Esse número é

1 limitado, existe uma limitação orçamentária, e uma medida que busque distribuir de maneira  
2 melhor para pessoas que realmente estão entrando no sistema e precisam dessa bolsa é também  
3 algo importante de ser destacado. Essa discussão será feita, mas têm de ser colocados os termos  
4 adequadamente, sem questões que não são verdadeiras. Segundo ponto que é importante  
5 destacar, e a professora Teresa e outros já lembraram também, é que precisam do engajamento  
6 de toda a comunidade, então todos devem participar da melhor maneira que conseguirem, pois  
7 é realmente um momento crítico para a Universidade. Cada um tem, legitimamente, a sua  
8 maneira de atuar, com palavras ou manifestações mais fortes, outros menos, outros abrindo o  
9 diálogo, outros fechando o diálogo. Cada entidade, cada setor, tem uma estratégia, e todas elas  
10 são importantes e legítimas neste momento tão crítico. Devem aqui buscar algo de consenso, e  
11 acha que está claro o “não” que a professora Silvia pediu; o texto diz “estamos veementemente  
12 contra”, isso é mais do que um “não”. Ouviu os comentários sobre a questão geral, sobre  
13 diversas questões que foram levantadas, algumas sugestões muito específicas que já recebeu de  
14 antemão, outras recebeu agora durante a reunião. O seu encaminhamento é de que aprove o  
15 espírito da moção como está aqui e se propõe pessoalmente, tendo ouvido as manifestações  
16 todas, a tentar modificar a moção de acordo com os comentários, mantendo unificado o espírito  
17 que está aqui. Claro que não vão tratar linha a linha, mas ficaram claros vários pontos levantados  
18 sobre um comentário sobre o projeto geral, sobre a importância da ciência, sobre a questão que  
19 não precisa mencionar da austeridade fiscal, sobre diversas sugestões oferecidas pelo professor  
20 Geromel. Em particular ao professor Geromel solicita que envie por escrito, para que incorpore  
21 o que puder no texto. Compromete-se a fazer isso pessoalmente para terem um texto com esses  
22 comentários todos, que são bastante pertinentes. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL  
23 diz que enviará o texto; observa que mora na cidade de Itatiba e gostaria de tentar solicitar a  
24 atuação do prefeito municipal nesta luta. Pergunta como o senhor Reitor acha que isso poderia  
25 ser feito dentro da atuação dos prefeitos da região de Campinas em relação à Assembleia  
26 Legislativa. O MAGNÍFICO REITOR diz que amanhã terá uma reunião com todos os prefeitos  
27 da RMC, mas Itatiba não faz parte. Se o professor Geromel tiver o contato, pede que passe para  
28 que possa ligar diretamente para ele, ou as pessoas podem ligar, mandar a moção, acha que é  
29 importante o engajamento de todos. Piracicaba e Limeira também não fazem parte da RMC,  
30 então fará reunião à parte, e amanhã se reunirá com todos os prefeitos e deputados da região de  
31 Campinas, que é bem grande. Em Itapira possuem contato com o deputado Barros Munhoz, que  
32 também atua bastante nessa região; há vários deputados que atuam nesta região e os quais tem  
33 contatado. Solicita que todos os conselheiros, professores, estudantes que tiverem contato com  
34 qualquer político, que mostrem a importância de não aprovação desse projeto de lei. O  
35 Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO pergunta se nesse espírito da moção que o senhor  
36 Reitor comentou entra a questão colocada pelos discentes de oposição ao PL 529 de uma forma  
37 geral. O MAGNÍFICO REITOR responde que sim, isso será mencionado. O Conselheiro JOÃO  
38 LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que no artigo 11, inciso II da proposta da Cepe, consta  
39 que para o estudante de graduação que mudar de curso a bolsa benefício terá duração máxima  
40 correspondente ao tempo de integralização regular do curso. O tempo de integralização regular

1 do curso, no caso da Economia, é de quatro anos, o tempo máximo é seis anos. O MAGNÍFICO  
2 REITOR diz que é o tempo máximo, está escrito claramente isso. Então é o tempo de  
3 integralização, mas está dizendo um caso específico, de mudança, alguém que já entrou e já  
4 realizou um curso. Agora não é o momento de discutir isso, terão uma reunião específica sobre  
5 o assunto. Não havendo mais observações, submete à votação a proposta de moção, que é  
6 aprovada por unanimidade. Sobre a questão que o conselheiro João Raimundo colocou sobre a  
7 convocação do Consu, não existe essa possibilidade prevista nos Estatutos ou Regimento, mas  
8 como é uma mudança um pouco maior, talvez possam votar separadamente. Na verdade,  
9 sempre possuem o expediente de convocar uma reunião extraordinária, e podem acrescentar na  
10 moção que o Conselho se declara em alerta, podendo ser convocado a qualquer momento, sem  
11 necessidade de respeitar os prazos previstos no seu regimento interno para discussão do PL 529.  
12 Pergunta se há alguém contrário a isso, não havendo manifestações. O Conselheiro JOSÉ  
13 CLÁUDIO GEROMEL solicita que o senhor Reitor faça a gentileza de lhe telefonar, pois já  
14 conseguiu a possibilidade de tentar agendar uma reunião dele com o prefeito de Itatiba. O  
15 MAGNÍFICO REITOR diz que entrará em contato após a reunião. Agradece ao professor  
16 Geromel e diz que fará esse seu papel como Reitor, e vai os mantendo informados. Havendo  
17 necessidade de encaminhamentos, pede a todos que se engajem nessa discussão, que se  
18 mobilizem, mobilizem nas suas formas de atuação e, principalmente, que sensibilizem a Alesp  
19 da importância da ciência e tecnologia, da educação, das universidades públicas para este  
20 momento que estão vivendo. Hoje à tarde tem reunião com o secretário que aparentemente é o  
21 responsável por este projeto, vai tentar também discutir com ele essas questões, que acha que  
22 na realidade ele já sabe, mas vai, naturalmente, manter, como já dito na própria moção, o  
23 diálogo sempre aberto. Em seguida, propõe votos de pesar à família de Raquel de Araújo  
24 Carvalho, servidora da DGRH, que faleceu no dia 15 de agosto. Seguem então em estado de  
25 alerta com relação a este projeto de lei. Provavelmente vai utilizar também os espaços da  
26 semana que vem em Cepe, CAD, para ir mantendo as informações atualizadas. Nada mais  
27 havendo a tratar, o MAGNÍFICO REITOR declara encerrada a Sessão e, para constar, eu,  
28 Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques  
29 que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 25 de  
30 agosto de 2020.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 168ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, realizada em 29 de setembro de 2020, sem alterações.*